

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
8ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
CRISTINA ADELAIDE CUSTÓDIO**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 5.633, de 2-12-1970
Data da instalação: 6-11-1972
Data de implantação do PJe: 24-3-2015**

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 14-8-2020, p. 3.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 8-11-2019

Às 14 horas do dia vinte e seis de agosto de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 8º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Cristina Adelaide Custódio**, que convocada no TRT se faz presente; o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Alexandre Gonçalves de Toledo**; a MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Fernanda Cristine Nunes Teixeira**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Adalberto Mendes Salles; os servidores Alessandra Ferreira Viana, Aline Torquetti Noronha, Christiana Gouvea dos Santos, José Luiz de Freitas Campos, Mara Maria Magalhães dos Santos, Rosana Parma de Souza Scarpelli, Silvana Santos Rocha, Tatiana Penna de Oliveira e Yonara Patrício Freitas e a estagiária Júlia Moreira Franca. Ausente a servidora Maria de Fátima Pereira de Melo, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 472 processos, distribuídos neste ano até o dia 17-8-2020, apurando-se a média de 4,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 41 cartas precatórias até o dia 17-8-2020, das quais 16 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 669 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 279 processos foram remetidos neste ano até o dia 17-8-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 12 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 79 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 383 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 76 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 67 processos sobrestados. Na amostra realizada foram encontrados processos referentes ao Tema 1046 sobre a validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista.

Restou verificado que a grande maioria dos processos são casos relacionados a sobrestamento (aguardamento julgamento de outro processo, temas de repercussão geral com suspensão determinada pelo STF) que devem ser lançados como tal, uma vez existir lançamento específico para esse tipo de pendência.

Observou-se, também, que muitos processos foram encaminhados ao arquivo provisório (físicos) e precisam até maio/2020 ser convertidos em autos eletrônicos, nos moldes do artigo 2º da Resolução Conjunta GP/CR n. 112/2019.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf.

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg> as suspensões encerradas no âmbito do TRT-MG, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-

Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	123
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	575
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	6

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos audiências não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão que não possuem audiência designada.	40
---	--	----

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	2	6
2015	6	5
2016	18	4

2017	147	3
2018	85	2
2019	222	1
2020 – ano de referência	224	
TOTAL	704	1,35

	Processo	Último andamento
2014	0001712-07.2014.5.03.0008	Audiência 17-5-21
	0002140-86.2014.5.03.0008	Audiência 18-9-20
2015	0010748-39.2015.5.03.0008	Aguardando decisão em outro feito
	0010773-52.2015.5.03.0008	Audiência 1º-9-20
	0010988-28.2015.5.03.0008	Aguardando decisão em outro feito
	0011205-26.2015.5.03.0023	Audiência 16-3-21
	0011219-55.2015.5.03.0008	Aguarda decisão STF Tema 1022
	0011290-57.2015.5.03.0008	Audiência 23-11-20

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

03/09/2015	0010773-52.2015.5.03.0008
12/11/2015	0010748-39.2015.5.03.0008
25/02/2016	0011219-55.2015.5.03.0008
29/03/2016	0011205-26.2015.5.03.0023
02/06/2016	0010223-92.2016.5.03.0179
09/06/2016	0010199-95.2016.5.03.0007
23/08/2016	0010805-23.2016.5.03.0008
01/09/2016	0011230-50.2016.5.03.0008
20/09/2016	0010967-18.2016.5.03.0008
11/10/2016	0011431-42.2016.5.03.0008
23/01/2017	0011439-19.2016.5.03.0008
23/03/2017	0011798-66.2016.5.03.0008
28/03/2017	0011830-71.2016.5.03.0008
31/03/2017	0011844-55.2016.5.03.0008
03/04/2017	0010243-77.2017.5.03.0008
04/04/2017	0011877-45.2016.5.03.0008
	0011878-30.2016.5.03.0008
24/04/2017	0011950-17.2016.5.03.0008
	0011951-02.2016.5.03.0008
08/05/2017	0010075-75.2017.5.03.0008

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	9
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	745

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	204

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	4
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	622

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando	Saldo de processos do item 62 no final do	0

	prolação de sentença	período de referência	
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	6

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 850 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 569 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 281 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- d) 60 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP11.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 17-8-2020.

No ano 2019, até o dia 17-8 havia 1.117 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 586 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 6 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 525 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

Data Evento 1	Processo	Classe
27/10/2005	0169800-57.2004.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
30/10/2006	0141200-89.2005.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
29/02/2008	0022300-45.2008.5.03.0008	Execução Fiscal
18/12/2008	0017400-87.2006.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
28/01/2011	0105900-66.2005.5.03.0008	Ação Civil Pública
12/05/2011	0100400-82.2006.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
15/07/2011	0150000-04.2008.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
22/08/2011	0129500-77.2009.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
28/11/2011	0098100-16.2007.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
17/01/2012	0033800-74.2009.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
22/11/2012	0001362-58.2010.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
27/09/2013	0002328-84.2011.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
09/01/2014	0007200-21.2006.5.03.0008	Execução Fiscal
14/05/2014	0006300-67.2008.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
02/06/2014	0122000-57.2009.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
23/07/2014	0000793-52.2013.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
	0035200-60.2008.5.03.0008	Execução Fiscal
30/07/2014	0000784-61.2011.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
31/07/2014	0035600-11.2007.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo
	0055600-42.2001.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados de agosto 2020 apurados até dia 17-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	21	13
02-FEVEREIRO	35	18
03-MARÇO	23	49
04-ABRIL	35	11
05-MAIO	41	13
06-JUNHO	57	35
07-JULHO	118	24
08-AGOSTO	42	8
Totais	372	171

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
	4				1		1	
ALEXANDRE GONÇALVES DE TOLEDO		5			11	15	23	3
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA			8					
CRISTINA ADELAIDE CUSTODIO	9	13	41	11	1	20		5
Totais	13	18	49	11	13	35	24	8

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 17-8-2020, existem 37 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 26-8-2020 havia 6 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 2 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) **encerramento de instrução:** 1 processo;
- d) **conciliação em execução:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010382/20, 0010387/20, 0010478/20, 0010479/20, 0010432/20 e 0010014/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 17-8-2020, 232 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 48 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe 0010619/19, 0010080/20, 0010043/20, 0010107/20, 0010702/19, 0010023/20, 0010143/20, 0010050/20, 0010087/20, 0011527/17, 0011219/15, 0010163/16, 0011218/17, 0010412/19, 0011326/17, 0010967/16, 0010468/19, 0011218/17, 0011683/17, 0010043/18, 0010759/18, 0010283/19, 0011202/16, 0011039/19, 0010416/17, 0010038/20, 0010068/20, 0010086/20, 0010049/20, 0010458/19, 0010001/20, 0010014/20, 0010053/20, 0010813/19, 0010274/17, 0010411/19, 0010399/17, 0011288/17, 0010848/17, 0010020/20, 0011058/19, 0010998/19, 0010057/20, 0011048/19, 0093600/08, 0136300/04, 0010487/16, 0010545/17, 0011395/17, 0011115/17, 0010815/18, 0011319/15, 0011869/16, 0010100/17, 0011136/17, 0011220/17, 0010343/17, 0010181/19, 0011802/16, 0010078/20, 0011021/19, 0010605/19, 0010059/20, 0010024/20, 0010033/20, 0010666/19, 0010718/19, 0010012/20, 0010072/20, 0010346/20, 0011051/19, 001018/20, 0010461/20 e 0010477/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação. Examinado o andamento do processo 0001328/14 constatou-se que o processo físico foi remetido em 2-4-2019 para a Assessoria de Precatórios.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Fase	Tarefa
0010493-42.2019.5.03.0008	Conhecimento	Aguardando cumprimento de acordo
0011311-96.2016.5.03.0008	Conhecimento	Aguardando apreciação de instância superior
0010764-51.2019.5.03.0008	Conhecimento	Aguardando apreciação de instância superior
0010432-50.2020.5.03.0008	Conhecimento	Audiência em 26-8-20
0169800-81.2009.5.03.0008	Processo físico	Sentença transitou em julgado em 25-5-20
0010699-61.2016.5.03.0008	Conhecimento	Aguardando apreciação de instância superior
0010300-27.2019.5.03.0008	Conhecimento	Aguardando audiência 10-12-20

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	43	42	64
Instrução processo físico	1.371	1.679	0
Instrução processo eletrônico	245	348	285

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	14	35	usa o 335 do CPC
Procedimento Ordinário	14	34	usa o 335 do CPC
Instrução	331	188	5-10-21 - 254 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 17-8-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	3	2.105
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	530	370

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	312	190

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	9	2.366
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	51	934
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	5	2.858
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	869

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão (os dados de agosto de 2020 foram apurados até dia 17-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	59	61
02-FEVEREIRO	111	108
03-MARÇO	81	93
04-ABRIL	111	39
05-MAIO	100	71
06-JUNHO	122	73
07-JULHO	114	67
08-AGOSTO	107	31
Totais	805	543

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
ALEXANDRE GONÇALVES DE TOLEDO		52	6	1	58	53	67	15
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA			31					
CAMILA CESAR CORREA	2							
CRISTINA ADELAIDE CUSTODIO	21	53	51	38	12	20		12
FABIANA MARIA SOARES	11							
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA								2
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI	26	3	5		1			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1							
LUIZ FERNANDO GONCALVES								2
Totais	61	108	93	39	71	73	67	31

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	40	0,18
Julgados procedentes em parte	431	1,90
Julgados improcedentes	198	0,87
Extintos com resolução de mérito	3	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	672	2,96
Extintos sem resolução de mérito	21	0,09
Arquivamento	85	0,37
Desistência	55	0,24
Outras decisões sem exame de mérito	60	0,26
Total sem exame de mérito	221	0,97
Decisões de conhecimento	893	3,93
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	291	1,28
Decisões na fase de execução	47	0,21
Total	1.231	5,4

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em julho de 2020, com 23 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	37	1,61
Conciliação em execução	18	0,78
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	26	1,13
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	12	0,52
Una/Una (rito sumaríssimo)	46	2
Total	139	6,04

No mês de julho de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 31 sentenças de conciliação em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Os dados do mês de agosto de 2020 foram apurados até dia 17-8:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	20	16	3	1	1	2
02-FEVEREIRO	45	38	2	9		10
03-MARÇO	38	23	1		3	
04-ABRIL	39	5	5	1	2	1
05-MAIO	44	11	5	1	4	2
06-JUNHO	40	39	5	4	3	2
07-JULHO	39	31	6		5	3
08-AGOSTO	36	14	1		2	5
Totais	301	177	28	16	20	25

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (os dados de agosto de 2020 foram apurados até dia 17-8):

		2019	2020
01-JANEIRO		84	88
02-FEVEREIRO		189	218
03-MARÇO		127	109
04-ABRIL		180	3
05-MAIO		230	18
06-JUNHO		184	93
07-JULHO		219	140
08-AGOSTO		187	65
Totais		1400	734

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
ALEXANDRE GONÇALVES DE TOLEDO			90			12	46	133	20
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA				42					
CRISTINA ADELAIDE CUSTODIO		75	100	57			40		30
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA									4
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			8	9	3	5	2	2	6
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI				1		1			
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							5	5	
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		13	20						
LUIZ FERNANDO GONÇALVES									5
Totais		88	218	109	3	18	93	140	65

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (os dados de agosto de 2020 foram apurados até dia 17-8):

		2019	2020	Totais
01-JANEIRO		1347	1353	2700
02-FEVEREIRO		2284	2715	4999
03-MARÇO		1496	1577	3073
04-ABRIL		2384	570	2954
05-MAIO		2873	2131	5004
06-JUNHO		2596	2222	4818
07-JULHO		2877	2270	5147
08-AGOSTO		2497	1007	3504
Totais		18354	13845	32199

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (os dados de agosto de 2020 foram apurados até dia 17-8):

		2019	2020
01-JANEIRO		27	48
02-FEVEREIRO		92	97
03-MARÇO		77	90
04-ABRIL		68	2
05-MAIO		85	4
06-JUNHO		95	8
07-JULHO		83	3
08-AGOSTO		61	5
Totais		588	257

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 9 horas. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, para as de procedimento ordinário e para as instruções. No período de 13-8 a 31-8 haverá pauta dupla, com início às 13h40min.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declararam os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	964	1.019
Média por dia útil	4,3	4,5
Processos remanescentes do ano anterior	1.201	1.028
Sentenças anuladas	13	27
Total de processos para solução	2.178	2.074
Processos solucionados	1.159	1.322
Processos conciliados	448	429
Produção	53,21%	63,74%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 5,7% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 10,53%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	168
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	543

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	543
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	475

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	77
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	91

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	754
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	587

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	626
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	137

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	587
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	137
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	754
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	626
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 08a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	1,02	1,61	1,40
	I02 - Pendentes	1.718	1.701	1.621
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	4,26	7,89	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	369,48	389,91	392,38
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	170,34	183,77	189,34
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.494,85	2.550,12	2.594,87
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,14	30,02	28,60
	I08 - Taxa de solução (%)	126,62	129,49	130,70
	I13 - Taxa de execução (%)	707,59	702,80	808,77
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	43,47	42,00	40,80
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	52,69	54,16	56,14
	I11 - Produtividade por servidor	158,91	159,18	147,18
	I12 - Pendentes por servidor	140,36	138,18	127,91
Meso	Acervo	0,70	0,71	0,41
	Celeridade	0,62	0,65	0,66
	Produtividade	0,32	0,29	0,23
	Congestionamento processual	0,62	0,62	0,60
	Força de trabalho	0,54	0,53	0,51
Macro	IGEST	0,5592	0,5604	0,4821
Posição IGEST		140	138	113
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.465.191,71	R\$899.483,68

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre

sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) utilizadas como ferramenta complementar de gestão da Secretaria os relatórios gerenciais existentes no PJe;

3) continuados os esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

4) envidados esforços para o cumprimento da Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus; Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e a Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que não foram atingidas no ano 2019;

5) observada a obrigatoriedade de que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, nos termos do artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020;

6) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020, quanto ao atendimento por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do *jus postulandi*, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

7) observados os termos do art. 23 da Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, DE 27 DE JANEIRO DE 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos na referida Resolução (capítulo II, artigos 5º ao 7º), certificando a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado definitivamente. Para tanto, até a efetiva liberação do sistema garimpo, as varas do trabalho poderão consultar a existência de saldo pelos sistemas dos bancos já disponíveis, quais sejam: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

8) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de

magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que foram observadas as recomendações formuladas naquela oportunidade.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 126,42% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 112,32%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 84,92%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 76,34% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 38,81% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,33%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 88,65% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta

unidade organizacional foi de 369 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 222,58%, não tendo cumprido a meta enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o tempo médio alcançado foi de 396 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 180 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao

artigo 2º, onde “satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor”. Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 17h40min do dia vinte e seis de agosto de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 98/2020, publicado no DJe 14-8-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806

Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.09.14 12:52:06 -03'00'

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2020.08.28 13:32:57 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria